

**Artigos**

01. **O reforço do dever de fundamentação das decisões como fator de legitimação da atividade judicial** 23  
*Antonio Augusto Pires Brandão*
02. **O direito fundamental à inafastabilidade do controle jurisdicional e sua densificação no novo CPC** 41  
*Luis Alberto Reichelt*
03. **Os honorários advocatícios sucumbenciais e o novo Código de Processo Civil** 61  
*Anderson Cortez Mendes, André Shinji Tokashiki, Emílio Frederico Perilo Kühn*
04. **O novo Código de Processo Civil e as alterações não explícitas sobre a petição inicial** 85  
*Guilherme César Pinheiro*
05. **A desconsideração de ofício da personalidade jurídica à luz do incidente processual trazido pelo novo Código de Processo Civil brasileiro** 103  
*Heleno Ribeiro P. Nunes Filho*
06. **A relevância da negociação com princípios na discussão das cláusulas de convenção processual: aplicação concreta dos postulados da advocacia colaborativa** 123  
*Humberto Dalla Bernardina de Pinho, Tatiana Machado Alves*
07. **O que ainda podemos aprender com a literatura sobre os princípios jurídicos e suas condições de aplicação?** 153  
*Lenio Streck, Flávio Quinaud Pedron*
08. **Evicção e denúncia da lide no novo CPC** 173  
*Marcelo José Magalhães Bonizzi*
09. **Esecuzione e ricerca delle cose da pignorare in brasile** 185  
*Cassio Scarpinella Bueno*
10. **Recursos extraordinário e especial repetitivos no CPC/2015: uso e interpretação de acordo com o modelo constitucional de processo** 205  
*Alexandre Melo Franco de Moraes Bahia, Paula Valério Henriques*

11. <b>Lei 13.256/2016 e reforma do Código de Processo Civil de 2015: juízo de admissibilidade dos recursos</b> <i>Gustavo Filipe Barbosa Garcia</i>	225
12. <b>A fungibilidade recursal excepcional: problema da cumulação dos pedidos recursais</b> <i>Vinicius Silva Lemo</i>	235
13. <b>A decisão de organização do incidente de resolução de demandas repetitivas: importância, conteúdo e o papel do regimento interno do tribunal</b> <i>Fredie Didier Jr., Sofia Temer</i>	257
14. <b>As consequências materiais e processuais da lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência e o papel da Defensoria Pública na assistência jurídica das pessoas com deficiência</b> <i>Diogo Esteves, Elisa Costa Cruz, Franklyn Roger Alves Silva</i>	281
15. <b>Deliberação nas cortes superiores. Julgamento per seriatim e per curiam. Importância da fixação da ratio decidendi. Delineamento de técnicas processuais de distinção: distinguishing. Exame de caso paradigmático julgado pela turma nacional de uniformização dos juizados especiais federais</b> <i>Cristiane Miranda Botelho, Regivano Fiorindo</i>	317
16. <b>O sistema de precedentes vinculantes e o incremento da eficiência na prestação jurisdicional: aplicar a <i>ratio decidendi</i> sem rediscuti-la</b> <i>Frederico Augusto Leopoldino Koehler</i>	341
17. <b>O <i>prospective overruling</i> nas Supremas Cortes brasileiras: a possibilidade de modulação temporal dos efeitos das decisões revogadoras de precedentes consolidados à luz da dogmática jurídica moderna e do novo Código de Processo Civil: CPC/2015</b> <i>Gláucio Maciel Gonçalves, Guilherme Bacelar Patrício de Assis</i>	357
18. <b>Precedentes no Código de Processo Civil de 2015: somos ainda civil law?</b> <i>José Wellington Bezerra da Costa Neto</i>	387
19. <b>A parametrização do sistema de precedentes obrigatórios no CPC e a alteração legislativa promovida pela Lei nº 13.256/2016: uma análise do art. 1.030, I "a"</b> <i>Victor Vasconcelos Miranda</i>	419
20. <b>Coisa julgada sob perspectiva comparatística. O que o sistema norte-americano pode nos ensinar sobre a extensão dos limites objetivos e subjetivos da coisa julgada</b> <i>Carolina Uzeda Libardoni</i>	449

<b>21. A organização judiciária brasileira: entre modelos estrangeiros e particularidades</b> <i>Gresiéli Taíse Ficanha</i>	469
<b>22. O novo marco legal da mediação no direito brasileiro</b> <i>Fernanda Tartuce</i>	495
<b>23. Submissão e juristocracia</b> <i>Georges Abboud</i>	519